



Contribuição do Controle Social para o Controle da Tuberculose



- A saúde é um Direito Humano fundamental
- Constituição brasileira de 1988:
 - Art.196 – A saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.



- A Constituição garante a participação da sociedade no processo.
- Art.198 – As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:



- I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos assistenciais;
- III – participação da comunidade**



- Como está prevista a participação?
 - Lei 8080/1990 – condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes.
 - Lei 8142/1990 – participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.



- No Sistema de Saúde brasileiro – SUS – há duas formas de participação
 - - Conselhos de Saúde
 - - Conferências de Saúde
- Não são as únicas possíveis.
- Necessário acompanhar as discussões e implementação dos Planos Municipais, Estadual e Nacional de Saúde.

- Controle Social é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e Sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas.



- O que esperar dessa participação?
 - Humanização das práticas de saúde e de gestão;
 - Integração de crenças e a superação de preconceitos;
 - Formação de novas articulações entre atores sociais;
 - Fortalecimento da participação em grupos de debates sobre políticas públicas;

- desenvolvimento de ações colaborativas entre pesquisadores, profissionais de saúde, gestores públicos e representantes da comunidade;
- Fortalecimento da relação ensino, pesquisa e cidadania em saúde.



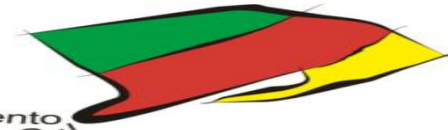
- Controle Social em Tuberculose
 - 2005 – Fundo Global inicia um trabalho no Brasil;
 - 2006/2007 – Criação de 11 Comitês em 10 estados brasileiros;
 - 2007 – Instituído o Comitê Metropolitano/RS composto por 8 municípios prioritários;
 - 2012 – Afasta-se o Fundo Global mas cria-se a Rede Brasileira de Comitês de Tuberculose, da qual o CEETB faz parte;
 - 2013 – Instituído o CEETB/RS, com 15 municípios prioritários, gestão e sociedade civil unidos para enfrentar a doença.



- O que já aconteceu via CEETB/RS?
 - Ações de CAMS Projeto 0% de abandono de tratamento; Cof – confuso em ação na Região Metropolitana de Porto Alegre
 - Exposição Itinerante Tuberculose tem cura- SUS prá valer
 - Eventos: Acampamento Farroupilha, Expointer, Feira do Livro, Semana do Humaniza SUS, Rodeio Internacional do Mercosul, Vivendo Sul e Nacional, Ação Global, Planeta Atlântida.



- Sala de situação em TB – apoio da Rede TB, mostrando ações realizadas por municípios e instituições.
- Projeto Os bons ventos da informação em tuberculose circulando pelo RS – premiado na 14ª EXPOEPI.
- Projeto Vivendo, costurando e ampliando o CEETB/RS – Edital SVS/MS;



- Dia Estadual de Mobilização na Luta contra a Tuberculose – 22 de setembro/2014 – municípios e instituições estimulados a realizarem ações e iniciativas conjuntas com as gestões municipais e estadual.
- Participação nos Conselhos de Saúde Municipais e Estadual (Comissões de IST/Aids/TB/ Hepatites virais).
- Participação em Conferências Municipais, Estadual de Saúde, de Vigilância em Saúde, de Direitos Humanos, levando demandas de TB/HIV/Aids.
- Participação em Feiras Parlamentares Estadual e Nacional de Enfrentamento do HIV/Aids/TB; desenvolvimento de audiências públicas na Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados.



- Participação no Projeto “E se essa rua fosse minha”, voltado `a pessoas em situação de rua.
- Participação como integrante da Parceria Brasileira na Luta contra a Tuberculose; Workshop Nacional da Rede TB.



- 2017 – Lançamento pelo MS do Plano Nacional pelo Fim da TB a fim de reduzir a incidência da TB para menos de 10 casos/100mil habitantes e reduzir para menos de 1 óbito/100mil habitantes até 2035.
- O Plano prevê como 1 de seus princípios, forte coalizão com as organizações da sociedade civil e comunidades, reforçando a importância do controle social.



- Mas como atingir essa meta com parceria da SC?
- Reconhecer que a participação das comunidades e SC não discriminatória em todos os aspectos do cuidado e prevenção da TB é fundamental para a eliminação da Tb.
- Estimular ações de CAMS junto às comunidades e instâncias locais.
- Capacitar atores sociais para a busca do SR, encaminhando-os à Rede do SUS para investigação, tratamento e acompanhamento.
- Estimular a realização de ações de monitoramento e avaliação junto aos serviços de saúde e redes de políticas sociais afins.
- Estimular a formação de Redes de apoio aos doentes em tratamento para que cheguem à cura.



- Implementar ações locais ou regionais que informem e orientem ao longo do ano, não só em datas especiais.
- Participar em Conselhos de Saúde e de direitos, fóruns, comitês, visando a busca de políticas sociais adequadas e efetivas.
- Estabelecer compromisso para esforço renovado para prevenir, diagnosticar e tratar a TB, com foco em populações vulneráveis (PPI, indígenas, Pop rua, PVHA), não deixando ninguém para trás.

Comitê Estadual de Enfrentamento
da Tuberculose no Rio Grande do Sul



Comitê Estadual de Enfrentamento da Tuberculose

comite.tb.rs@gmail.com